

Sant'Anna já aceita tese do Pró-Soberania

O grupo Pró-Soberania do PMDB deve entregar hoje à noite ao líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, um documento com suas reivindicações básicas na negociação que empreende para modificar a Constituição em vigor pela maioria absoluta da Constituinte. A informação é do próprio Sant'Anna, ao deixar sua audiência de ontem com o presidente José Sarney.

Sant'Anna fez a Sarney "um relatório de todas as conversas que tive, de tudo o que ouvi, inclusive quanto ao regimento da Constituinte, em suas linhas mestras". Não quis revelar, contudo, o conteúdo da conversa nem a reação do Presidente. "Posso dizer apenas que não tratamos dessa questão da soberania da Constituinte, apenas porque não está em fase de conversação final", acrescentou.

NEGOCIAÇÃO

Revelou porém que, nas negociações entabuladas semana passada, duas reivindicações do grupo Pró-Soberania — "são 45 a 50 deputados do PMDB", afirmou — já "estão assinaladas" pelo Congresso e pelo Governo. Uma é que Câmara e Senado não terão mes-



mo sessões ordinárias, sendo convocados apenas em caráter "excepcional". Disse Sant'Anna que 85 por cento dos deputados concordam com isso e que no Senado "a questão é mais delicada, mas caminha para o mesmo consenso, com possibilidade ainda de se fixar uma sessão ordinária por semana em cada Casa".

Carlos Sant'Anna concordou que se colocar Câmara e Senado em recesso por decisão da Constituinte "é um ato de soberania". Portanto, o que se negocia entre Governo e a esquerda do PMDB não é o reconhecimento da soberania, mas sua limitação consensual.

A negociação continuará mesmo após a aprovação do regimento da Constituinte, pois as questões mais difíceis dizem respeito a resoluções constitucionais que possam modificar a Constituição em vigor. "Estamos conversando especialmente em torno do decurso de prazo, das medidas de emergência e do decreto-lei. Entendo que essas coisas estarão resol-

vidas quando setembro vier".

O líder do PMDB no Senado e relator do regimento interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), afirmou ontem que não há qualquer base legal para que a Assembleia revogue ou altere dispositivos da Constituição em vigor. Ele manifestou-se contrário a qualquer modificação no texto atual, ainda que pelo Congresso — o que exigiria o quorum qualificado de dois terços —, sustentando que toda a Constituição vigente é autoritária, e que é necessário um trabalho global. Segundo o senador, o que é importante é a preservação de condições políticas e reais para se fazer a nova Constituição, e não há riscos de, durante o processo constituinte, o Governo utilizar instrumentos do chamado entulho autoritário:

— Soberania não se declara, se exerce. Há uma condição política de que não vale a aplicação das medidas de emergência. O que é necessário é força política para se dizer: isso não vale. E a Constituinte tem esta força para isso. O PMDB é majoritário, e o presidente Sarney é do partido.



Alvaro Dias

Dias só não pede renúncia de Ulysses

Curitiba — O governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, vai propor durante a reunião do diretório nacional do PMDB amanhã, em Brasília, a renúncia coletiva dos membros da executiva nacional do partido, com exceção do Deputado Ulysses Guimarães. Aproveitando que os primeiro e segundo vice-presidentes, Miguel Arraes e Pedro Simon, terão de renunciar para assumir os governos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, Alvaro Dias defende que todos os demais membros da executiva se afastem.

Dias advoga que, na nova executiva, o deputado Ulysses Guimarães fique com a presidência e as atribuições políticas de seus outros cargos, na Constituinte e na Câmara, e o secretário-geral culde das questões partidárias.

A proposta, ao que tudo indica, objetiva lançar o nome do deputado Euclides Scalco, atualmente primeiro secretário do PMDB, para a secretaria-geral, contando com o apoio de Ulysses, a quem o parlamentar paranaense é muito ligado. De resto, a manobra teria ainda uma outra vantagem: afastar da direção do PMDB o senador Afonso Camargo, atualmente terceiro vice-presidente e com pretensões a um cargo mais alto.

Campos quer presidir de fato o PFL

O presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MG), iniciará, ainda este mês, uma ofensiva para sua efetivação no cargo, percorrendo várias capitais do norte do País, para contatos com as bases do partido. No próximo dia 19, depois de receber o registro definitivo do PFL, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maurício reunirá, em Brasília, todos os presidentes de diretórios regionais para uma avaliação "dos sentimentos partidários".

A série de viagens, com início marcado para a noite de amanhã, tem por objetivo, segundo Maurício, "trazer subsídios das bases para consolidar as convicções do PFL nacional". Seu roteiro começará pelo Amapá, onde o PFL tem três dos quatro deputados federais e maioria na Assembleia Legislativa, e incluirá Roraima, cujo governador nomeado é filiado ao PFL.

Maurício Campos encerrará sua viagem em Manaus, onde presidirá a solenidade de posse dos novos membros do diretório regional.

As viúvas da ditadura

ALDO ARANTES*



SUA EXCELENCIA

O ato convocatório da Assembleia Nacional Constituinte é muito claro ao definir o seu caráter livre e soberano. No entanto, desde sua instalação trava-se uma acirrada polêmica acerca da soberania da Constituinte. De um lado as forças conservadoras e o Governo pela voz do ministro Marco Maciel defendem que a Constituinte é soberana somente para elaborar uma nova Constituição, e não para alterar a Constituição atual. O arqui-conservador deputado paulista Roberto Cardoso Alves chegou a afirmar que soberano é o Congresso e não a Constituinte. Gastone Righi fala que o exercício de soberania da Constituinte representará o caos e a baderna.

Os democratas e os setores progressistas pensam de forma radicalmente distinta. A origem do poder democrático é o povo. A legitimidade das leis decorre da sua origem popular. A atual Constituição não expressando a vontade popular é ilegítima e por isto mesmo a Assembleia Constituinte deve escolmá-la dos seus dispositivos mais discricionários para assegurar um clima de plena liberdade que garanta a elaboração de uma Constituição democrática e progressista. A soberania da Constituinte está no fato de que ela é oriunda do povo popular e foi eleita para, livre e soberanamente, colocar um ponto final em toda a estrutura política criada pelo regime militar. Aqueles que se manifestam contra a soberania da Constituinte acusam os que a defendem, de querer criar um clima de confusão no País ao proporem a supressão de todas as normas constitucionais. Isto não é verdade. O que se pretende é por um lado afirmar o caráter soberano da Constituinte como um poder acima dos demais poderes, com a capacidade de reorganizar política e juridicamente a Nação sob bases democráticas. Por outro lado é escolmar da atual Constituição seus dispositivos mais discricionários.

Os que se manifestam contra a soberania da Constituinte na verdade são viúvas da ditadura que querem manter dispositivos discricionários como as medidas de emergência, o estado de emergência, o decreto-lei como forma de inibir o livre funcionamento da Assembleia Constituinte. Tais setores admitem que alguns desses dispositivos poderiam ser alterados desde que por dois terços, através do Congresso Nacional. Está evidente que o que pretendem é dificultar a remoção do entulho autoritário.

Visando afirmar o caráter soberano da Constituinte o Partido Comunista do Brasil apresentou três propostas de Decisão Constitucional.

A primeira propõe a revogação dos artigos da atual Constituição que versam sobre o decurso de prazo, decreto-lei, competência exclusiva do Presidente da República para iniciativas de leis que disponham sobre matéria financeira, julgamento de civil pela Justiça Militar, que autoriza o Presidente da República a decretar Medidas de Emergência e que proíbe as greves nos serviços públicos e atividades consideradas essenciais.

A segunda suspende as funções da Câmara e do Senado no período em que funcionar a Assembleia Constituinte e define que esta assumirá as funções da legislação ordinária, fixando que tal objetivo deva ser cumprido durante dois dias do mês. Nessa decisão propõe-se que a Constituinte deva decidir somente sobre questões de relevante importância, sendo que as iniciativas de legislação ordinária individual ficam suspensas neste período.

A terceira Decisão Constitucional confirma a investigação do Presidente da República em seu mandato e revoga o artigo da Constituição que estabelece a duração de seu mandato em 6 anos, deixando para que a Constituinte decida posteriormente a fixação do mandato presidencial.

As forças democráticas e progressistas da Constituinte incluindo setores ponderáveis do PMDB, o PC do B, o PT, o PDT, e o PSB procuram articular uma frente progressista com o objetivo de afirmar a soberania da Constituinte e defender um programa democrático e progressista para a Constituinte.

No entanto, com a composição predominantemente conservadora da Constituinte se não houver uma ampla mobilização popular no País não se conseguirá afirmar sua soberania e o resultado final poderá ser uma Constituição altamente conservadora.

As batalhas imediatas estão na afirmação da soberania da Constituinte e na aprovação de um Regimento Interno que garanta a participação popular dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

* Aldo Arantes é deputado pelo PC do B de Goiás

Partidos cobram ação do Governo

Os presidentes e líderes do PFL, PDS, PTB, PL, PDC e PMDB estarão reunidos hoje, pela manhã, para aprovar uma moção de repúdio a qualquer manobra contra a estabilidade das instituições e reafirmar a necessidade de o Governo revelar toda a verdade sobre a crise econômica e quais as providências que pretende adotar.

A liderança do PFL decidiu adiar a reunião de sua bancada na Câmara, prevista para depois de amanhã. A alegação é de que estão poucos deputados em Brasília e que o partido precisa conhecer primeiro as novas medidas econômicas. O adiamento, porém, beneficia o Governo, porque previa-se uma reunião agitada.

DIFICULDADES

Autor da proposta de repúdio dos presidentes e líderes partidários, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ), líder do PDS, negou ontem

que haja objetivo de apolar o Governo, direta ou indiretamente. O que espera, do encontro, é uma manifestação clara contra tentativas contrárias às instituições, sem que isso represente, de qualquer modo, uma mudança de posição em relação à política econômica.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), negou que esteja participando de um bloco de moderados para apolar o Presidente da República. "Claro que não farei nada que contribua para desestabilizar o Governo. Depois, a hiperinflação não é um problema que atinja somente o Governo, mas a todos nós. Temos de procurar soluções".

O líder do PL, deputado Adolfo de Oliveira (RJ), contesta que seu partido pretenda integrar qualquer bloco de apoio ao Presidente da República. "Em relação ao Governo Federal, é decisão do PL colaborar com o presidente Sarney e sua administração, sem

participar do Governo, mantendo-se livre para a crítica, sempre que julgar oportuno", afirmou.

CAUTELA

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), observou ontem que não pediu a seus vice-líderes que dessem uma trégua ao Governo. Apenas informou-os de que havia solicitado ao Governo informações precisas sobre as futuras medidas econômicas e que as aguardassem para fazer qualquer julgamento.

O PFL somente se sentirá comprometido com essas medidas se for ouvido e as aprovar. Não há uma exigência do partido para que sejam demitidos os ministros da área econômica porque este é um direito do Presidente da República. O PFL insiste, porém, em que há grandes dificuldades na área econômica e quer participar da discussão das soluções.

aos presididos, preservação do meio ambiente e "direitos dos mais desprotegidos", entre outros tópicos.

DEMOCRACIA

O mundo está totalmente interligado e os processos políticos e econômicos que envolvem um país acabam repercutindo em toda a comunidade internacional. A partir dessa opinião, o presidente da Internacional Democrata Cristã, Flaminio Piccoli, esteve ontem em São Paulo para uma escala de sua viagem ao Brasil e Argentina. Ele conversou com o governador Franco Montoro e com seu sucessor, Orestes Quêrcia, para conhecer melhor, segundo explicou, "o processo de retorno à democracia".

Grupo católico define propostas

A casa do senador Afonso Camargo (PMDB/PR) vai sediar amanhã encontro do Grupo Parlamentar Católico, criado na sexta-feira passada, durante reunião convocada pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, realizada no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro.

Atuando de forma paralela à Comissão de Acompanhamento da Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o grupo é integrado, no momento, por 18 parlamentares, em geral de tendência conservadora, como as deputadas Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Wilma Maia (PDS/RN), Myriam Portela (PDS/PI), Maria Abadia (PFL/DF),

o deputado Alvaro Vale (PL/RJ) e o senador Meira Filho (PMDB/DF).

De acordo com o arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, que irá à reunião, serão debatidos 15 pontos retirados do documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional", da CNBB, "Na reunião do Rio de Janeiro reduzimos o documento da CNBB a 15 pontos que consideramos mais importantes", explicou dom Falcão.

A indissolubilidade do casamento, ou seja, a proibição do divórcio, é um dos temas que serão discutidos pelo grupo, que também vai debater o "direito à vida" (proibição do aborto), o ensino religioso na rede pública, a assistência religiosa às Forças Armadas e

de A a Z

Paes de Andrade

LUÍZ MARQUES



Em seu 7º mandato, pelo PMDB do Ceará, de centro-esquerda, é um dos mais experientes constituintes

Antônio Paes de Andrade (PMDB-CE), 59 anos, em seu sétimo mandato federal, é um dos constituintes com maior experiência parlamentar. Advogado e professor, casado, com quatro filhos, Paes de Andrade foi integralista na juventude e "autêntico" quando chegou pela primeira vez à Câmara dos Deputados, em 1963, pelas mãos do seu sogro, o influente Martins Rodrigues, expoente do antigo PSD e líder da bancada do MDB à época. Antes de chegar à Câmara, ele foi vereador, deputado estadual e secretário de Estado do Ceará. Em 1985, foi derrotado por Maria Luiza, candidata do PT na disputa pela prefeitura de Fortaleza. Ele conhece por dentro a estrutura da Câmara: já exerceu a 4ª

Secretaria (78 a 82) e ocupa agora a 3ª Secretaria. O passar dos anos arrefeceu sua "autenticidade". Paes, no entanto, permanece na centro-esquerda, embora alguns dos mais novos o considerem um filológico. Foi entusiasta da chapa Tancredo/Sarney e colocou-se na linha de frente da candidatura Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara, contra seu ex-companheiro de grupo "autêntico", Fernando Lyra. O perfil preparado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) registra que ele "votou contra todos os decretos-lei de arrocho salarial, disse sim às diretas já, mas esteve ausente às duas votações do projeto que proíbe a demissão imotivada do trabalhador".

Jorge Arbage

ARQUIVO



Direitista convicto, desde os tempos da Arena, foi, pela 4ª vez, reeleito pelo PDS do Pará, com o apoio dos madeireiros

Jorge Wilson Arbage (PDS-PA), 62 anos, foi reeleito para o quarto mandato federal, com 27.145 votos. Casado, sem filhos, financiado pelos grandes madeireiros do Estado, Arbage é dilettista convicto desde os tempos em que militava na Arena, quando se destacou como um dos porta-vozes do regime militar. Advogado, foi promotor público (55 a 58) prefeito do município de Capanema pelo PTB (58 a 62) e deputado estadual (70 a 74). O seu perfil feito pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) ressalta que nos últimos três anos, apresentou 97 projetos de lei, nenhum com a ocupação de resolver problemas dos trabalhadores. Coerentemente com

suas posições políticas apoiou em 1977 a candidatura do general Sílvio Frota, tendo sido, ao lado do deputado Siqueira Campos, um destacado articulador daquela frustrada conspiração no âmbito do Congresso. Votou no deputado Paulo Maluf no Colégio Eleitoral e contra as "diretas já". Esteve ausente ou votou favoravelmente a todos os decretos-lei que implementaram a política de arrocho salarial do governo anterior. Arbage, por conhecer bem as normas regimentais, movimentou-se muito bem no plenário, atuando na linha de frente em defesa dos interesses da direita, de quem promete ser um eficiente porta-voz durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Luiz Henrique

GERALDO MAGELA



Líder do PMDB na Câmara, sempre teve posição independente e é classificado de progressista de esquerda

Luiz Henrique da Silveira, líder do PMDB na Câmara, iniciou sua carreira política em 1970, ao assumir a presidência do diretório municipal do MDB de Joinville. Em 1972, candidatou-se a deputado estadual e obteve a primeira suplência. No ano seguinte, assumiu o cargo. Em 1974, já líder da bancada do MDB na Assembleia Legislativa, Luiz Henrique candidatou-se a deputado federal e elegeu-se com grande votação. Veio para Brasília e retornou a seu estado de origem dois anos depois, para concorrer à prefeitura de Joinville, que ocupou até 1982. Naquele ano, voltou a disputar uma vaga na Câmara e elegeu-se com a maior votação já registrada em Santa Catarina:

121 mil votos. Finalmente em novembro do ano passado, Luiz Henrique foi reeleito deputado federal. A sua atuação na prefeitura de Joinville priorizou as áreas social e educacional. Como deputado, sempre se caracterizou por sua posição independente, que alguns de seus companheiros de bancada, como o senador Dirceu Carneiro, classificam de progressista de esquerda. Participou do grupo "Travessia" e integrou a Comissão Pró-Diretas, que deu início à luta pelas diretas já, em 1984. Em 1985, Luiz Henrique fundou e coordenou o grupo Só-diretas e, indicado pelo líder Pimenta da Veiga, passou a exercer as funções de primeiro vice-líder da bancada do PMDB.